

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA**  
2 **DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE SETEMBRO DE**  
3 **2022, NA FERRAMENTA MICROSOFT TEAMS.** Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e  
4 vinte e dois, instalou-se a 1ª Reunião Ordinária do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba  
5 do Sul – CEIVAP, realizada por meio de videoconferência, **com a presença de 44 membros e 14 convidados**  
6 (conforme relação no final desta ata) e **justificadas as ausências**, também como relacionado no final desta ata.  
7 Com a seguinte **Ordem do Dia: 1 – Abertura da Sessão; 2 – Apresentação da Ordem do Dia; 3 – Comunicados;**  
8 **4 – Aprovação da ata da última reunião; 5 – Apresentação do Termo de Referência que contratará a etapa**  
9 **técnica propositiva do enquadramento na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; 6 – Apreciação da**  
10 **Deliberação CEIVAP nº 324, de 11/07/22, aprovada “ad referendum” sobre a revisão dos valores de ajuda de**  
11 **custo pagos e reembolso de despesas de membros do CEIVAP que venham a representá-lo oficialmente em**  
12 **outros Fóruns, e aos membros representantes de organizações não governamentais, do segmento das**  
13 **organizações civis de recursos hídricos; 7 – Apreciação da Deliberação CEIVAP nº 325, de 11/07/22, aprovada**  
14 **“ad referendum” sobre a revisão dos valores de ajuda de custo pagos e reembolso de despesas referentes a**  
15 **deslocamento dos membros da Diretoria Colegiada do CEIVAP no exercício de suas funções; 8 – Apreciação da**  
16 **Deliberação CEIVAP nº 326, de 11/07/22, aprovada “ad referendum” sobre a revisão dos valores de ajuda de**  
17 **custo pagos e reembolso de despesas terrestres de representantes de organizações não governamentais do**  
18 **segmento das organizações civis de recursos hídricos membros do CEIVAP aprovados no ProfÁgua, e; 9 –**  
19 **Assuntos Gerais. 1 – Abertura da Sessão:** O Vice-Presidente, Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro),  
20 cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Conferido o quórum, deu-se início a reunião. **2 – Apresentação**  
21 **da Ordem do Dia:** O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) fez a leitura da ordem do dia e perguntou a  
22 plenária se todos estavam de acordo com a pauta proposta. Lembrou que na presente data ocorrerão três  
23 reuniões no âmbito da plenária. Não havendo manifestações, foi dado andamento à reunião. **3 – Comunicados:**  
24 Não houver comunicados. **4 – Aprovação da ata da última reunião:** Após contribuições dos participantes, a  
25 ata da reunião anterior foi aprovada. **5 – Apresentação do Termo de Referência que contratará a etapa**  
26 **técnica propositiva do enquadramento na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul:** A Sra. Ingrid  
27 Delgado (AGEVAP) fez uma breve contextualização dizendo que segundo a resolução CONAMA nº 357/2005,  
28 o enquadramento corresponde ao estabelecimento de metas e objetivos de qualidade da água a serem alcançados  
29 ou serem mantidos de acordo com os usos futuros. Com isso, o enquadramento pretende assegurar a qualidade  
30 compatível com os usos mais exigentes e diminuir os custos de combate a poluição das águas mediante ações  
31 preventivas permanentes. Deu continuidade dizendo que historicamente, a bacia hidrográfica do rio Paraíba do  
32 Sul possuía um enquadramento antigo, pautado pela Portaria do Ministério do Interior nº 86/1981, que não é  
33 mais vigente conforme Parecer n.00001/2019/PFE-ANA/PFEANA/PGF/AGU. Apresentou a linha do tempo  
34 referente ao processo de enquadramento na bacia, expondo que o debate acerca da temática teve início em 2016,  
35 com a definição de meta até 2020 e a priorização da elaboração de proposta de enquadramento para todas as  
36 bacias da cobrança, aportada pela Resolução CRNH nº 180/2016. As discussões foram consolidadas em 2021  
37 com a finalização do Plano Integrado de Recursos Hídricos do Paraíba do Sul (PIRH-PS) e com ele as diretrizes  
38 para o enquadramento. Destacou que o novo Plano Nacional de Recursos Hídricos (2022-2040) trouxe entre  
39 suas macrodiretrizes a necessidade de priorizar a implementação do instrumento “Enquadramento em bacias  
40 onde houver Planos e Cobranças e Aprovados”, ainda, entre suas ações, a de “Enquadrar os corpos d’água em  
41 bacias de especial interesse para a Gestão dos Recursos Hídricos”, tendo como uma das metas a aprovação do  
42 enquadramento da Bacia do Rio Paraíba do Sul a curto prazo. A Sra. Ingrid apresentou uma visão geral do  
43 programa de ações do PIRH-PS, onde consta a Agenda 1 – Gestão de Recursos Hídricos, a linha 1.2  
44 Instrumentos de Gestão e o Programa 1.2.3 específico para o enquadramento. Dentro do programa de  
45 enquadramento foram previstas duas ações que correspondem a duas etapas do processo como um todo. A  
46 primeira etapa é a técnico-propositiva, que corresponde a elaboração e complementação de subsídios técnicos,  
47 incluindo diagnóstico, prognóstico, bem como alternativas para o enquadramento e estimativas de custo para  
48 sua implementação. E a segunda etapa, político-institucional, corresponde ao processo de discussão e pactuação  
49 para a seleção de proposta de alternativa de enquadramento pelo Comitê, segundo critérios técnicos,  
50 econômicos, sociais e políticos, bem como a elaboração do programa de efetivação, conforme estabelecido na  
51 Resolução CNRH nº 91/2008. Apresentou o Manual Operativo (MOP) do PIRH-PS, com as atividades previstas  
52 para 2022. Sobre o Termo de Referência que contratará a etapa técnica propositiva do enquadramento na Bacia,  
53 irá abranger toda a bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, contando com os 184 municípios. Mostrou as  
54 etapas do enquadramento como um todo, e destacou que esse termo de referência contempla as etapas até as  
55 alternativas de enquadramento. A Sra. Ingrid informou que dentro dessa primeira contratação estão previstos  
56 seis produtos: P1 – Plano de Trabalho Consolidado; P2 – Diagnóstico; P3 – Modelagem da Situação Atual da  
57 Bacia; P4 – Prognóstico; P5 – Alternativas de Enquadramento e estimativas de custo para sua implementação, e;  
58 P6 – Banco de Dados. Explicando resumidamente cada um dos produtos, disse que o P1 trará o detalhamento  
59 dos produtos, atividades e estudos a serem realizados, o cronograma físico, a alocação dos profissionais, dados e  
60 informações, e um detalhamento das estratégias de mobilização. O P2, contempla todo o Art. 4º da Resolução  
61 CNRH nº 91/2008, com a complementação e atualização das informações do diagnóstico do PIRH-PS, com  
62 foco no reconhecimento de usos preponderantes, das fontes poluidoras na bacia, e como elas interferem na  
63 qualidade da água. Estão previstas a realização de estudos para discussão e proposição de vazões de referência

64 tecnicamente adequadas a bacia, a análise da disponibilidade das informações e áreas reguladas por legislação  
65 específica. Cada um dos produtos conta com um processo de mobilização e participação, o P2 conta com oito  
66 oficinas que serão realizadas no âmbito dos comitês afluentes e CEIVAP, onde serão coletadas informações que  
67 irão subsidiar a versão final. No P3, serão realizados o estudo e a proposição de parâmetros prioritários, análise  
68 e identificação de trechos a serem considerados. Deverá ser realizado, em específico nesse produto, a  
69 modelagem da situação atual e qualidade de água na bacia através de simulações matemáticas, equivalências as  
70 classes estabelecidas na Resolução CONAMA nº 357/2005, avaliação do enquadramento baseado em curva de  
71 permanência, e simulação das condições de uso e ocupação do solo. Esse produto também conta com um  
72 momento de oficinas. O P4, contempla todo o Art. 5º da Resolução CNRH nº 91/2008, onde deverá ser  
73 realizada a modelagem matemática da qualidade da água da situação futura e a construção de seus cenários.  
74 Deverão ser avaliados os impactos sobre os recursos hídricos, considerando a realidade regional no horizonte de  
75 curto, médio e longo prazo. Esse produto também conta com o processo de mobilização e participação social  
76 através de oficinas. O P5, que será o produto final, contempla o Art. 6º da Resolução CNRH nº 91/2008, onde  
77 serão elaboradas propostas de metas relativas as alternativas de enquadramento, considerando o alcance, a  
78 manutenção das classes da qualidade que devem ser atingidas de acordo com cenários de curto, médio e longo  
79 prazo. Para isso, haverá as etapas de mapeamento dos usos de fontes poluidores por trecho, a definição das  
80 vazões de referência em um conjunto de parâmetros prioritários em função dos usos futuros e com as devidas  
81 justificativas técnicas, além da construção de cenários que simulam as construções distintas da qualidade final  
82 da água confrontada com o esforço necessário para remoção da carga poluidora. Por fim, a elaboração das  
83 alternativas de enquadramento, as estimativas de custo para implementação, com metas intermediárias e  
84 progressivas contando com um quadro comparativo. Seu principal objetivo é dar subsídio técnico para os  
85 comitês que optarem por seguir para a etapa político-institucional, e a sua versão preliminar será apresentada em  
86 oficinas participativas e uma rodada de audiências. O P6 reúne o banco de dados produzido em todos os  
87 produtos anteriores, a confecção de um manual de utilização e um momento de capacitação aos comitês e órgãos  
88 gestores. A Sra. Ingrid descreveu o processo de mobilização dividido entre evento, público-alvo, total e produtos  
89 relacionados. Listou a equipe técnica permanente e consultores. Disse que o valor máximo previsto para a  
90 contratação é de R\$ 1.750.000 (um milhão, setecentos e cinquenta mil reais), conforme disponibilidade no Plano  
91 de Aplicação Plurianual (PAP) e Plano Orçamentário Anual (POA) aprovados pelo CEIVAP. Finalizando a  
92 apresentação, trouxe a reflexão que algumas ações integradas de curto prazo no MOP dependem e se relacionam  
93 diretamente com a ação técnico-propositiva do enquadramento, como é o caso das ações 1.2.3.2 e 1.3.1.1.  
94 Agradeceu a atenção de todos e se colocou a disposição para tomada de dúvidas. O Sr. Luiz Roberto Barretti  
95 (ABRHidro) salientou que essa apresentação é um informativo das atividades do CEIVAP, não sendo no  
96 momento uma discussão, e que para isso será criado um Grupo de Trabalho específico para o acompanhamento  
97 do processo. O Sr. Celso Bandeira (UFJF), em relação a modelagem da qualidade de água, comentou que  
98 existem muitos modelos que deveriam ser discutidos, pois a bacia além dos diferentes cursos d'água, tem vários  
99 reservatórios. Comentou que na semana anterior houve um evento da Agência Nacional de Águas, o Encontro  
100 Nacional de Águas Urbanas, onde foi apresentado um modelo de qualidade da água que a ANA está usando em  
101 conjunto com a United States Geological Survey (USGS), que foi implementado em primeira mão na bacia do  
102 Rio Grande. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) esclareceu que também faz parte do comitê da bacia do  
103 Rio Grande, e quando se fala de enquadramento, os principais envolvidos são os órgãos gestores. A Sra. Ingrid  
104 Delgado (AGEVAP) informou que toda a parte de metodologia será definida no plano de trabalho e discutida no  
105 Grupo de Trabalho. O Sr. Deivid Oliveira (FIEMG) questionou qual a proposta de calendário das oficinas e  
106 audiências. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) reportou que em São Paulo, nas bacias PCJ, houve uma  
107 experiência de reenquadramento, um esforço que os comitês estão fazendo há quase 20 anos, que envolve  
108 municípios, usuários, órgãos gestores e Ministério Público, por isso não é um evento que tenha um cronograma  
109 muito pré-estabelecido, as metas são definidas na sua construção. A Sra. Ingrid Delgado (AGEVAP)  
110 complementou dizendo que o processo de enquadramento é longo, então são metas progressivas de curto, médio  
111 e longo prazo. Em relação ao processo de elaborar esse estudo, o termo de referência precisa ser aprovado,  
112 colocado em licitação, fechar a contratação da empresa, para então dar início ao processo de elaboração do  
113 estudo. Em relação ao processo de mobilização, há a previsão de pelo menos uma reunião para cada um dos  
114 produtos, além das rodadas de oficinas. E no caso no produto 5, as audiências públicas. **6 – Apreciação da**  
115 **Deliberação CEIVAP nº 324, de 11/07/22, aprovada “ad referendum” sobre a revisão dos valores de ajuda**  
116 **de custo pagos e reembolso de despesas de membros do CEIVAP que venham a representá-lo**  
117 **oficialmente em outros Fóruns, e aos membros representantes de organizações não governamentais, do**  
118 **segmento das organizações civis de recursos hídricos:** O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) colocou a  
119 Deliberação nº 324 para apreciação da plenária, e após breves apontamentos dos participantes, a deliberação foi  
120 aprovada. **7 – Apreciação da Deliberação CEIVAP nº 325, de 11/07/22, aprovada “ad referendum” sobre a**  
121 **revisão dos valores de ajuda de custo pagos e reembolso de despesas referentes a deslocamento dos**  
122 **membros da Diretoria Colegiada do CEIVAP no exercício de suas funções:** O Sr. Luiz Roberto Barretti  
123 (ABRHidro) colocou a Deliberação nº 325 para apreciação da plenária, e após breves apontamentos dos  
124 participantes, a deliberação foi aprovada. **8 – Apreciação da Deliberação CEIVAP nº 326, de 11/07/22,**  
125 **aprovada “ad referendum” sobre a revisão dos valores de ajuda de custo pagos e reembolso de despesas**  
126 **terrestres de representantes de organizações não governamentais do segmento das organizações civis de**

127 **recursos hídricos membros do CEIVAP aprovados no ProfÁgua:** O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro)  
128 colocou a Deliberação nº 326 para apreciação da plenária, e não havendo manifestações, a deliberação foi  
129 aprovada. **9 – Assuntos Gerais:** O Sr. Elias Adriano dos Santos (AJADES), enquanto representante do  
130 CEIVAP no Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, informou que após várias reuniões foram  
131 instituídas as comissões técnica científica de apoio aos comitês e de moções. Disse ter feito parte da terceira, por  
132 esse motivo foi para Foz do Iguaçu/PR antes do início do Encontro Nacional de Comitês de Bacias  
133 Hidrográficas (ENCOB), para contribuir com a organização da infraestrutura. Salientou que somando as  
134 presenças online e presencial, houveram mais de 3.000 participações, e segundo a avaliação dos participantes,  
135 foi sugerido mais um dia de capacitação. Em outro ponto, falou que dos 140 projetos aprovados para  
136 apresentação pela comissão científica, 15 foram aprovados para fazer sua apresentação na plenária e um destes  
137 foi do trecho paulista da bacia do Rio Paraíba do Sul. Outra grande preocupação apontada foi em relação a PL  
138 45 e 46/2021. Comentou ainda que a coordenação do Fórum elaborou um documento em relação a esse projeto  
139 de lei e, em tempo, sugeriu que o CEIVAP entrasse nessa discussão. Finalizando sua fala, informou que a  
140 próxima edição do ENCOB será em Natal/RN. O Sr. Nelson Reis (OMA-Brasil) parabenizou a equipe da  
141 AGEVAP presente no ENCOB e falou brevemente sobre sua atuação. Além disso, convidou os fóruns mineiros  
142 e paulistas para o Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (ECOB-RJ) que  
143 acontecerá na cidade de Vassouras/RJ, entre 30 de novembro e 3 de dezembro desse ano. Informou também que  
144 não participará da avaliação do ENCOB em Manaus devido ao conflito de agendas, mas que será representado  
145 pela Sra. Vera Lúcia Teixeira, relatora do #FalaComitê. Destacou ainda o sucesso das três fases da Expedição  
146 Nascentes do Paraíba, sugerindo a possibilidade de escreverem um livro sobre a experiência. O Sr. Edilson de  
147 Paula (SIMA/SP) ressaltou importância de ser levado ao fórum de avaliação a sugestão de mudarem a  
148 metodologia das oficinas no ENCOB, pois a última experiência foi muito conturbada. O Sr. Markus Budzynkz  
149 (APEDEMA) reforçou a fala do Sr. Edilson em relação as oficinas do ENCOB, e propôs que fosse criada uma  
150 comissão de representatividade do CEIVAP. Em outro ponto, convidou os membros para o 17º Congresso  
151 Nacional da APEDEMA/RJ sobre meio ambiente e recursos hídricos, que ocorrerá entre os dias 9 e 10 de  
152 dezembro. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) comunicou a plenária que a 2º Reunião Ordinária do  
153 CEIVAP está prevista para o dia 23 de novembro de 2022. Não havendo mais assunto a tratar, o vice-presidente  
154 do CEIVAP, Luiz Roberto Barretti, agradeceu a participação de todos e encerrou a 1ª Reunião Ordinária do  
155 CEIVAP de 2021, tendo a presente ata sido lavrada por mim, Naomy Souza, Secretária ad hoc, e depois de  
156 aprovada, foi assinada pela Sra. Marília Carvalho de Melo, que presidiu a reunião, pelo vice-presidente, Luiz  
157 Roberto Barretti e pelo secretário do Comitê, João Gomes de Siqueira.

158  
159  
160 Resende, 28 de setembro de 2022.

161  
162  
163  
164  
165 **MARÍLIA CARVALHO DE MELO**  
166 **Presidente do CEIVAP**

**LUIZ ROBERTO BARRETTI**  
166 **Vice-Presidente do CEIVAP**

**JOÃO GOMES DE SIQUEIRA**  
166 **Secretário do CEIVAP**

167  
168  
169  
170  
171 **LISTA DE PRESENÇA**

172  
173 **Membros do CEIVAP**

174  
175 **UNIÃO –** Cristiane Fernanda Silva (MDR/SNSH); Gilson Silva (MDR/SNS); Letícia Brandão (MMA)

176  
177 **SÃO PAULO –** Luiz Roberto Barretti (ABRHidro); Edilson de Paula (SIMA/SP); Agenor Micaelli (Pref. de  
178 Caçapava); Marcelo Jordão (SAAE Jacareí); Alexandre Luis Vilella (FIESP); Camila Reggiani (CIESP Jacareí);  
179 Renato Veneziani (Sind. Rural de São José dos Campos); Thiago Eustáchio (Usina Paulista Lavrinhas de  
180 Energia); Teresa Paiva (USP); Ricardo Jacob (ABES/SP); Elias Adriano (AJADES)

181  
182 **MINAS GERAIS –** Djeanne Leão (SEMAD/MG); Heitor Soares (IGAM); Eduardo Araújo (IGAM); Miguel  
183 Ribon Junior (SEAPA); Marina Afonso (Pref. de Bicas); Mariana Mattos (AMPAR); Neidson Barros (Pref. de  
184 Além Paraíba); Daniela Murucci (DEMSUR); Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG); Marcelo Carvalho (Furnas);  
185 Luiza Ferreira (Carangola Energia); Celso Bandeira (UFJF); Matheus Cremonese (PREA); Heverson Marangon  
186 (CEAVARP)

187  
188 **RIO DE JANEIRO –** João Siqueira (APROMEPS); Gisele Boa Sorte (SEAS/RJ); Moema Versiani (INEA/RJ);  
189 Licius Freire (FIPERJ); Carolina Cruz (Pref. de Barra Mansa); Geovane Andrade (Pref. de Porto Real); Marcela

190 Toledo (Pref. de São João da Barra); Vera Lucia Teixeira (SAAE Barra Mansa); Thiago Guedes (Águas das  
191 Agulhas Negras); Antônio Carlos Simões (CSN); Julieta Paiva (Werner Fábrica de Tecidos); Zenilson Coutinho  
192 (ASFLUCAN); Guilherme Souza (APARPS); Elias Fernandes (UENF); André Luiz Moreira (UBM); Markus  
193 Budzynkz (APEDEMA); Yurhii Budzynkz (ADEFIMPA)

194

195 **Convidados**

196

197 Osman Fernandes (ANA), Ana Paula Montenegro (ANA), Aline Alvarenga (AGEVAP), Daiane dos Santos  
198 (AGEVAP), Marina Mendonça (AGEVAP), Júlio César Ferreira (AGEVAP), Ingrid Delgado (AGEVAP), Ana  
199 Caroline Jacob (AGEVAP), André Boher (AGEVAP), Raissa Guedes (AGEVAP), Raíssa Galdino  
200 (Bumerangue), Nelson Reis (OMA-Brasil), Marcelle Terra (Pref. de São João da Barra), Armando Barreto  
201 (CBH BPSI)

202

203

204 Resende, 28 de setembro de 2022.